

ACTA NÚMERO 24

Aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, pelas dezasseis horas e dezoito minutos, na Estrada do Paço do Lumiar, Campus do Lumiar, Edifício D, 1º andar, em Lisboa, reuniu o Conselho Consultivo Unidade de Reservas Petrolíferas (URP) da ENMC – Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis, E.P.E., pessoa coletiva número 506084361, com o capital social de duzentos e cinquenta mil euros, integralmente realizado, regularmente convocado nos termos do Decreto-Lei nº 165/2013 de 16 de dezembro, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

Ponto Único: Apreciar e dar parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento para 2016 (PAO).-----

Encontravam-se presentes os seguintes membros do Conselho Consultivo (CC): João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito, presidente do Conselho, Helena Borges, em representação da Autoridade Tributária e Aduaneira, Cristina Cachola, representante da indústria de refinação do petróleo, António Comprido, em representação da APETRO, Luís Correia Lopes, em representação da ADPC, Paulo Carmona e José Reis, respetivamente Presidente e Vogal do Conselho de Administração da ENMC, E.P.E., e ainda, na qualidade de observadores, José Azevedo Pereira, Margarida Taborda, e Cristina Freire, respetivamente, Presidente e Vogais do Conselho Fiscal da ENMC. -----

Dando início aos trabalhos, o Presidente do Conselho Consultivo deu as boas vindas aos membros do Conselho Consultivo, tendo feito uma breve apresentação dos temas em discussão e assinalado o envio, no dia anterior, de algumas alterações ao PAO que, porventura, não houve tempo de analisar. De seguida, passou a palavra ao Vogal do Conselho de Administração da ENMC, que, antes de mais, esclareceu que as alterações introduzidas foram, essencialmente, alterações de formatação e correção de pequenas imprecisões, não havendo alterações de substância ao documento primeiramente enviado para análise. Posto isto, foi abordado o ponto único da ordem de trabalhos, tendo o Vogal do

Conselho de Administração da ENMC realizado uma apresentação do PAO para 2016, que assentou em duas vertentes essenciais:-----

1. Controlo da execução da atividade da URP de 2015;-----

2. Orçamento para 2016.-----

No ponto um, foram abordadas a estrutura e evolução dos consumos de produtos petrolíferos, as alterações ao contrato do Depósito da PoINato (DPNL), o volume e valor das reservas estratégicas e, ainda, os resultados operacionais do ano.-----

Passando ao ponto 2 da apresentação, foi abordado o plano de atividades para 2016, a evolução de custos e proveitos para o ano, bem como as reservas previstas, tendo terminado a apresentação com a indicação das prestações unitária para 2016, que deverão ser iguais para as três categorias de produtos.----

Terminada a exposição, o Vogal do Conselho de Administração da ENMC colocou-se à disposição do CC para esclarecer eventuais questões que pudessem ter surgido.-----

O representante da APETRO tomou, então, a palavra para, antes de mais, felicitar o Conselho de Administração pelo trabalho desenvolvido, no âmbito da URP, no setor. No entanto, questionou a razão do aumento dos custos de pessoal da URP e discordou da chave de distribuição dos custos transversais a todas as unidades da ENMC, que faz com que a URP tenha de suportar 93% destes custos. Fez, ainda, referência à questão do pedido de isenção fiscal para a ENMC, que, até à data, ainda se encontra por resolver.-----

O Presidente do CC passou, de seguida, a palavra ao representante da ADPC, que questionou se as alterações feitas ao contrato da PoINato, em Lisboa, implicam um aumento dos custos associados.-----

O Vogal do Conselho de Administração da ENMC respondeu que tal operação não teve implicação nos custos, tendo-se traduzido, sim, na obtenção de um maior

controle sobre como os valores gastos no DPNL são aplicados, já que passa a ser possível à ENMC intervir diretamente no Parque, realizando, nomeadamente, investimentos necessários à sua adequada manutenção, que poderão ser deduzidos ao valor da renda. De seguida, tomou a palavra a representante da indústria da refinação de petróleo que colocou questões sobre os custos de manutenção do DPNL e sobre a prestação única.-----

Neste momento, tomou a palavra o Presidente do Conselho de Administração da ENMC para esclarecer, em primeiro lugar, a questão da alocação dos custos transversais. Realçou, a este propósito, que uma parte dos custos da ENMC são custos de existência da empresa, que estariam sempre alocados à URP, como custos administrativos, financeiros ou jurídicos e que outra parte tem a ver com o aumento de burocracia resultante das obrigações estatísticas e de reporte da ENMC enquanto entidade que, no ano transato, foi integrada no perímetro do Orçamento do Estado. Realçou, por outro lado, que o critério utilizado para repartição dos custos por unidade foi o critério mais simples e transparente que é o de associação dos custos ao volume de vendas ou proveitos de cada unidade.---

Quanto à questão do DPNL, realçou que as intervenções a realizar no Depósito são para cumprimento das boas práticas de segurança e operacionalidade, tendo ainda esclarecido a forma como são distribuídos os valores a despendido no DPNL.-----

O representante da APETRO interveio, para afirmar que discorda, ainda assim, do modelo de alocação de custos e entende ser exagerado alocar 93% dos custos transversais à URP.-----

O Presidente do CC tomou, então, a palavra, para questionar qual o montante global alocado aos custos partilhados, com exceção dos custos afetos ao

Conselho de Administração e Fiscal, a fim de se analisar se os montantes em causa são significativos na atividade da empresa e, em particular, da URP.-----

O Presidente do Conselho de Administração da ENMC indicou que o montante em causa é de cerca de €200.000,00/ano.-----

O representante da APETRO tomou novamente a palavra para assinalar que, embora continue a discordar do modelo de alocação, concorda que tudo depende dos valores em causa.-----

Por seu turno, a representante da indústria da refinação de petróleo interveio para colocar uma questão acerca da possibilidade da ENMC armazenar produtos em cavernas, tendo o Presidente do Conselho de Administração da ENMC esclarecido que, efetivamente, a ENMC encontra-se a analisar a possibilidade de realizar um concurso para aproveitamento de minas de Sal-gema existentes em Portugal para armazenamento de gasóleo, isto, se avançar o projeto de ligação do oleoduto do Montijo ao Aeroporto da Portela.-----

Terminada a discussão sobre o PAO 2016, tomou a palavra o Presidente do Conselho Fiscal, para indicar que lhe foi pedido, por parte da ENMC, parecer sobre o PAO 2016. Assinalou, ainda, que o documento em questão não foi, até à data, objeto de análise por parte do ROC, uma vez que este apresentou demissão, em julho de 2015, por impossibilidade de exercício das funções atendendo ao nº 2 do artº 54º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e ainda não foi nomeado o seu substituto. Não obstante, aproveitou para felicitar a evolução técnica do documento e anunciar que o Conselho Fiscal deu o seu parecer positivo ao PAO 2016.-----

Seguidamente, o representante da Administração Tributária tomou a palavra para assinalar, quanto ao pedido de isenção fiscal feito pela ENMC, que este já foi recebido por esta entidade e que, em tempo útil, deu o seu parecer, encontrando-se o processo a aguardar decisão política sobre o tema.-----

Relativamente a esta questão, todos os membros do CC se pronunciaram favoravelmente sobre a necessidade urgente de alteração do enquadramento em IRC da ENMC, a exemplo de todas as suas congéneres europeias.

Encerradas as intervenções, o Presidente do CC pôs a votação a proposta de PAO para 2016, tendo esta sido aprovada por todos os membros do CC, à exceção do representante da ADPC, que se absteve, uma vez que a criação de uma prestação unitária única para todas as categorias fez subir apenas a prestação para a categoria C (fuelóleo, gpl e outros), ou seja, a categoria de produtos comercializada essencialmente pelos seus associados.-----

E nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas dezassete horas e trinta e sete minutos, para elaboração da presente ata, que vai ser assinada pelos presentes.-----

O Presidente do Conselho Consultivo

João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Vogais do Conselho Consultivo

Helena Borges, em representação da Autoridade Tributária e Aduaneira

Cristina Cachola, representante da indústria de refinação

António Comprido, em representação da APETRO

Luís Correia Lopes, em representação da ADPC

Conselho de Administração da ENMC

Paulo Carmona, Presidente

José Reis, Vogal

O Conselho Fiscal da ENMC:

José Azevedo Pereira , Presidente do CF

Margarida Taborda, Vogal do CF

Cristina Freire, Vogal do CF

(anexa-se folha de presenças devidamente assinada)